

Apresentação

Dossiê Eleições municipais, representação política e democracia no Brasil contemporâneo

Organizador: Emanuel Freitas da Silva

Doutor em Sociologia pela Universidade Federal do Ceará – UFC

Professor permanente no Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas (PPGPP) da Universidade Estadual do Ceará – UECE

Bolsista de Produtividade em Pesquisa, Estímulo à Interiorização e

à Inovação Tecnológica (BPI) da Fundação Cearense de Apoio ao

Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FUNCAP

emanuel.freitas@uece.br

Em 2021, pouco antes da realização das eleições nacionais do Brasil, um livro relevante e oportuno foi traduzido e publicado em português: ***Por que eleições importam?*** A obra do renomado cientista político Adam Przeworski (2021), bastante conhecida pelos estudantes e profissionais da Ciência Política no Brasil, é fundamental para quem busca compreender a importância das eleições na manutenção e no fortalecimento das democracias modernas, pois oferece uma análise aprofundada e acessível sobre o papel das eleições na legitimação do poder político e na garantia dos direitos dos cidadãos.

A questão central, para o autor e para seus leitores, é a ideia de que eleições periódicas não são apenas um mecanismo de escolha de representantes, mas um elemento

central para assegurar a estabilidade democrática, sobretudo em tempos como os nossos, nos quais o processo eleitoral e a própria Justiça Eleitoral são postos em xeque por grupos políticos com pretensões autoritárias¹. Em democracias consolidadas, as eleições funcionam como um sistema de controle, permitindo que os governantes sejam responsabilizados e substituídos de maneira pacífica.

Uma questão posta na obra é: o que é plausível esperar das eleições?

A resposta do autor é enfática: as eleições possibilitam instituir governos. “Embora nenhum de nós possa reivindicar governar a si mesmo, coletivamente podemos escolher quem irá nos governar” (Przeworski, 2021, p. 20). Por isso, os cidadãos deveriam ter em mente que as eleições não são capazes de gerar o bem-estar social esperado quando são significadas a partir da ideia do novo mundo possível. Por mais que as esperanças sejam renovadas a cada ciclo eleitoral, existem limites impostos pelos interesses de grupos detonantes que restringem inúmeras possibilidades de satisfação social.

Além disso, o autor discute como eleições livres e justas contribuem com a inclusão social e a legitimação do sistema político, sem deixar de apontar os desafios enfrentados pelas democracias contemporâneas, como: o risco de eleições fraudulentas; a manipulação da opinião pública; e o fenômeno do populismo. Apesar desses problemas reais, para Przeworski (2021), a realização de eleições periódicas e transparentes é vital para a sobrevivência democrática, pois garante a participação cidadã e o controle social.

A realização periódica de eleições constitui um instrumento de fortalecimento das instituições democráticas, que podem atuar na promoção de inclusão social e na formulação de políticas públicas de combate às persistentes desigualdades de diversos matizes, engendrando a participação mais ativa possível de cidadãos no jogo eleitoral, em torno daqueles que serão, poucos meses depois do pleito, os decisores e formuladores de políticas que incidem sobre a coletividade social.

Uma atenta leitura da obra nos leva a entender que:

- Embora quando o período eleitoral se inicia nos vejamos “esperançosos de que nossos candidatos vencerão”, a verdade é que “em uma eleição típica, cerca de um a cada dois eleitores se vê do lado derrotado” (Przeworski, 2021, p. 13);

- Apesar disso, uma nação que propugne valores democráticos leva todos, especialmente os derrotados no pleito em questão, a “valorizar o procedimento eleitoral”, uma vez que “eleições instruem governos a minimizar os níveis de insatisfação com a maneira pela qual somos governados” (Przeworski, 2021, p. 16);

- Elabora-se, contudo, um contínuo trabalho de amadurecimento democrático que não esconda dos eleitores a realidade de que “eleições não são belas e nunca realmente

1 Sobre isso, ver: Applebaum (2024), em que a autora discute a problemática da “calúnia aos democratas”; e Furtado et al. (2024), onde se analisam as campanhas de desinformação contra o Tribunal Superior Eleitoral (TSE), e a resposta da instituição durante as eleições presidenciais de 2022 no Brasil.

justas”, sendo muitas vezes, pelo contrário, “impotentes perante alguns obstáculos existentes em certas sociedades” (Przeworski, 2021, p. 17).

Então, ***Por que eleições importam?***

Em primeiro lugar, porque “o processo de tomada de decisão coletiva pelo voto provavelmente produzirá decisões superiores àquelas tomadas por qualquer indivíduo em separado, ainda que seja um ditador extremamente sábio, ou um pequeno grupo” (Przeworski, 2021, p. 104), uma vez que “eleições aproximam mais a política das preferências populares do que uma ditadura faria” (Przeworski, 2021, p. 107). Por meio das eleições, “partidos ou candidatos fazem propostas durante e explicam como essas políticas afetariam o bem-estar dos cidadãos”, ao passo que os eleitores “julgam os governantes em exercício pelas ações passadas e seus resultados” (Przeworski, 2021, p. 113).

Em segundo lugar, a importância das eleições pode ser observada na sua capacidade de “processamento de conflitos” (Przeworski, 2021, p. 135), que são “onipresentes, e as paixões envolvidas são, por vezes, intensas”; nesse sentido, na compreensão do autor, “a própria possibilidade de mudança dos governos pode resultar em uma regulação pacífica dos conflitos” (Przeworski, 2021, p. 136), uma vez que o voto “é uma demonstração de força: uma leitura sobre as chances de cada parte em um eventual conflito violento” (Przeworski, 2021, p. 139). Assim, o regime democrático tem como condição *sine qua non* que “conflitos são regulados e processados de acordo com regras definidas – portanto, limitados” (Przeworski, 2021, p. 140).

Na apresentação do dossiê **Eleições municipais, representação política e democracia no Brasil contemporâneo** não há como não referenciar a importância de Przeworski (2021). Eleições representam um dos pilares fundamentais da democracia moderna, o mecanismo pelo qual os cidadãos escolhem seus representantes e participam ativamente no processo político. Estudar eleições é estudar os modos como se processam as dinâmicas da representação política, como já fizemos nesta revista Conhecer (Silva et al., 2021). Na Ciência Política, o estudo das eleições é essencial para compreender as dinâmicas do poder, a formação de governos e a relação entre os cidadãos e as instituições públicas. Esse campo de estudo oferece valiosos *insights* sobre o funcionamento dos sistemas políticos, as estratégias de campanha, o comportamento eleitoral e os fatores que influenciam os resultados eleitorais².

Ao analisar as eleições, os cientistas políticos podem identificar padrões de participação, desigualdades na representação e efeitos das reformas eleitorais. Além disso, o estudo das eleições possibilita avaliar a qualidade do processo democrático, verificando aspectos como: transparência; legitimidade; e inclusão social. Como destaca

2 Sobre isso, ver as coletâneas organizadas por Silva (2021) e Silva et al. (2020) no âmbito deste Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da Universidade Estadual do Ceará (PPGPP/UECE), que contém diversas análises sobre eleições nacionais, estaduais e locais no Brasil.

Norris (2002), as eleições são não apenas um mecanismo de escolha, mas um reflexo das condições sociais, econômicas e culturais de uma sociedade, portanto, constituem objeto de análise multifacetado e de grande relevância para a compreensão do funcionamento das democracias contemporâneas. Além disso, o estudo das eleições contribui para o desenvolvimento de teorias sobre comportamento eleitoral (Borges, 2021), funcionamento dos partidos políticos (Veiga & Braga, 2018) e formação de opinião pública e estratégias de campanha (Moura, 2023), essenciais para entender como os cidadãos tomam decisões e como os candidatos buscam conquistar votos.

O Brasil possui um sistema eleitoral complexo e inovador, sendo uma das maiores democracias do mundo (mais de 150 milhões de eleitores), o que confere ao estudo das eleições uma grande importância para entender a dinâmica da representação política e a participação cidadã. Estudar as eleições no Brasil possibilita identificar os fatores que fortalecem ou fragilizam a democracia. Como aponta Borba (2005), a análise do comportamento eleitoral revela as desigualdades sociais e econômicas que ainda permeiam o sistema político, além de evidenciar a importância de políticas de educação cívica e de combate à desinformação.

Nesse sentido, as eleições municipais no Brasil representam um momento crucial para a democracia local, pois definem os gestores que atuarão nas cidades, influenciando diretamente a vida dos cidadãos. A literatura acadêmica tem buscado compreender os fatores que moldam esses processos eleitorais, suas particularidades e os desafios enfrentados. Segundo Pereira (2010), esses pleitos são essenciais para consolidar a democracia, pois aproximam os cidadãos das decisões políticas locais e fortalecem a representação. Além disso, o autor destaca que as eleições municipais muitas vezes refletem as dinâmicas sociais, econômicas e culturais específicas de cada região. Diferentemente de eleições estaduais e federais, as eleições municipais apresentam maior volatilidade e influência de fatores locais, como lideranças tradicionais, redes de clientelismo e questões específicas de cada cidade.

As eleições municipais representam um momento crucial para o fortalecimento da democracia local. Os pleitos locais tendem a refletir de maneira mais direta as dinâmicas sociais, econômicas e culturais dos territórios. Para compreender suas especificidades, mostra-se necessário recorrer a estudos que discutem o papel das instituições, dos partidos políticos, do clientelismo, da participação cidadã e da descentralização do poder. Por ocorrerem em nível local, essas eleições oferecem uma oportunidade única para o engajamento direto dos cidadãos nas decisões públicas e para a construção de novas formas de representação. Nesse contexto, aspectos como a participação cidadã, o papel dos partidos políticos locais e a emergência de práticas inovadoras de democracia se tornam objeto de crescente interesse na Ciência Política.

A literatura sobre democracia local aponta que a proximidade entre representantes e representados favorece a responsividade das políticas públicas. No Brasil, no entanto,

essa expectativa convive com práticas políticas marcadas pelo personalismo, clientelismo e fragmentação partidária. Os partidos políticos continuam sendo atores centrais nas disputas municipais, mas sua atuação local frequentemente se distancia dos programas nacionais. A fragmentação partidária também dificulta a formação de coalizões estáveis e a governabilidade nos municípios. Em muitas cidades, os partidos funcionam como legendas de aluguel, enfraquecendo a mediação política e favorecendo práticas fisiológicas. Por outro lado, o fortalecimento de partidos com base social sólida se mostra fundamental para a construção de políticas públicas com continuidade e coerência programática.

As eleições municipais brasileiras apresentam uma dualidade: ao mesmo tempo que reproduzem práticas tradicionais de dominação política, oferecem espaço para a construção de experiências democráticas inovadoras. A participação cidadã, embora limitada por desigualdades e entraves institucionais, tem potencial transformador. Da mesma maneira, os partidos políticos, apesar de suas fragilidades, podem desempenhar papel central na estruturação da democracia local, desde que conectados a demandas sociais e a projetos políticos coerentes.

Os seis textos do dossiê analisam temas como *participação social*, *redes sociais*, *questões de gênero*, *nacionalismo* e *mobilização religiosa*, podendo constar como referenciais em estudos posteriores.

O artigo de Vinicius Felipe Gomes, “Eleições legislativas municipais em Guarulhos o campo de disputa evangélico”, abre o dossiê analisando a campanha de três candidatos evangélicos à reeleição para a Câmara Municipal de Guarulhos, tendo como principal interesse as estratégias de arranjos políticos durante o mandato e na campanha eleitoral. O estudo se valeu da análise da trajetória política, das principais igrejas apoiadoras de cada um, dos projetos legislativos apresentados, de manifestações e articulações nas redes sociais, além de entrevistas com cada um dos vereadores. Assim, aborda as relações entre religião e política no nosso tempo e articula essa discussão com os estudos sobre carreiras políticas e Poder Legislativo.

O segundo artigo, “Participação social nos planos de governo dos candidatos à Prefeitura de Fortaleza, de Ana Beatriz Rocha Guedes”, parte da extração de dados dos planos de governo dos candidatos à Prefeitura de Fortaleza entre 2016 e 2024, por meio do *software MaxQda*, bem como de outros documentos de campanha, para analisar como a participação social se inseriu nos debates sobre planejamento e nos discursos político-partidários, comunicando as visões sobre participação social desses candidatos e a maneira como eles a utilizaram para mobilizar seu eleitorado.

No artigo “Mulheres eleitas para o Executivo municipal no Ceará em 2024 e suas propostas para mulheres”, Bárbara Imaculada de Araújo, Julio Alfredo, Juliana Mourão, Karolynne Rodrigues e Leticia Miguel analisam as propostas de políticas públicas

direcionadas às mulheres nos planos de governo das chapas vencedoras (prefeita e vice-prefeita) nas eleições municipais de 2024 no Estado do Ceará (em 14 cidades identificadas). Observou-se que as propostas envolviam questões como enfrentamento à violência contra a mulher, políticas de saúde feminina, desenvolvimento econômico e assistência social. Também se insere no campo de estudos de gênero a problemática analisada por Edival Oliveira no artigo “Fortaleza e as mobilizações em relação ao gênero”. O foco recai sobre postagens de ataque ao então candidato à prefeitura André Fernandes, do Partido Liberal (PL), que buscavam deslegitimá-lo diante do eleitorado feminino, rememorando suas declarações sobre questões de gênero e como o candidato tentou respondê-las para se defender também acionando elementos discursivos do campo do gênero.

Os dois últimos artigos versam, cada um a seu modo, sobre os modos como as gramáticas do digital e das redes sociais implicaram transformações no universo das campanhas eleitorais. Em “O nacionalismo como estratégia eleitoral – uma análise do perfil de Jair Renan Bolsonaro no *Instagram*”, Carlos Augusto Dias analisa os elementos discursivos nacionalistas, de viés conservador, utilizados na campanha para vereador de Jair Renan Bolsonaro (PL), na rede social *Instagram*. A análise de 29 postagens, realizadas entre 16 de agosto e 6 de outubro de 2024, aborda o conteúdo a partir de três categorias: a) uso de elementos da identidade nacional; b) referências à soberania nacional e autoafirmação; e c) menções a traumas passados, momentos históricos e heróis nacionais. Por sua vez, em “Democracia digital: o uso das redes sociais como premissa para as eleições municipais de Fortaleza”, Marcel Pordeus investiga o papel das redes sociais nas eleições municipais de Fortaleza em 2024, utilizando dados de diversas fontes, como artigos de jornais, publicações científicas e informações de órgãos reguladores, e destacando sua influência na comunicação política e na mobilização dos eleitores, bem como na construção da normatividade/legalidade do processo eleitoral.

Com este conjunto de textos que compõem o dossiê e com os demais artigos que completam esta edição da revista Conhecer, esperamos, enquanto Programa de Pós-Graduação, inscrevermo-nos no campo dos estudos sobre eleições, representação política e cidadania, fortalecendo nossa inserção acadêmica nacional e internacional.

Referências

- Applebaum, A. (2024). *Autocracia S.A.: os ditadores que querem dominar o mundo*. Record.
- Borba, J., (2005). Cultura política, ideologia e comportamento eleitoral: alguns apontamentos teóricos sobre o caso brasileiro. *Opinião Pública*, XI(1), 147-168.
- Borges, T. D. P. (2021). Representação política e eleições no Brasil: percursos, entraves e perspectivas na produção recente. *Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais*, 94, 1-20.

<https://doi.org/10.17666/bib9409/2021>

- Furtado, E. T., Filho, Silva, E. F., & Castro, I. S. (2024). A legitimação do processo democrático: o TSE e a atuação contra a desinformação nas eleições presidenciais de 2022. *Agenda Política*, 11(3), 38-61.
- Moura, P. (2023). *Inteligência política e estratégias nas campanhas eleitorais*. Vozes.
- Norris, P. (2002). *Electoral engineering: voting rules and political behavior*. Cambridge University Press.
- Pereira, J. (2010). *Dinâmicas eleitorais e participação política nas cidades brasileiras*. Ed. Unesp.
- Przeworski, A. (2021). *Por que eleições importam?* Ed. UERJ.
- Silva, E. F. (Org.). (2021). *Eleições municipais 2020: cenários, disputas e resultados políticos*. Edmeta.
- Silva, E. F., Luz, M. A., & Frota, F. H. (Orgs.). (2020). *Atores políticos e dinâmicas eleitorais*. Edmeta.
- Silva, E. F., Oliveira, K. C., & David, R. C. M. (2021). Representação política da moral: vereadores religiosos em busca da reeleição. *Conhecer: Debate Entre o Público e o Privado*, 11(26), 162-197.
- Veiga, L. F., & Braga, M. S. (2018). Eleições e representação política na Nova República. In C. B. Hollanda, L. F. Veiga, & O. E. Amaral (Orgs.), *A Constituição de 88 trinta anos depois* (pp. 203-232). Ed. UFPR.
-

Para citar esta Apresentação

Norma ABNT

SILVA, E. F. Eleições municipais, representação política e democracia no Brasil contemporâneo: apresentação do dossiê. **Conhecer: Debate entre o Público e o Privado**, v. 15, n. 34, p. 7-13, 2025.

Norma APA

Silva, E. F. (2025). Eleições municipais, representação política e democracia no Brasil contemporâneo: apresentação do dossiê. *Conhecer: Debate entre o Público e o Privado*, 15(34), 7-13.

Norma Vancouver

Silva EF. Eleições municipais, representação política e democracia no Brasil contemporâneo: apresentação do dossiê. *Conhecer: Debate entre o Público e o Privado*, 15(34):7-13, 2025. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/revistaconhecer/article/view/16244>